|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 654/2017. |
| NOTIFICAÇÃO | 471/2017. |
| INTERESSADO | R MACHADO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. |
| OBJETO | COBRANÇA DE ANUIDADE. |
| RELATOR(A) | CONSELHEIRO(A) ALVINO JARA. |
| **RELATÓRIO** |

1. Em 05 de dezembro 2017, a Gerência Financeira do CAU/RS encaminhou a Notificação Administrativa nº 471/2017 à empresa R MACHADO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para saldar ou parcelar o débito referente às anuidades de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 em atraso ou para oferecer impugnação escrita a esta Comissão (fl. 13).
2. Notificada (fl.14), a empresa contribuinte apresentou sucinta impugnação tempestiva (fl. 15), bem como juntou documento (fl. 16). Aduz, em suma, que a empresa está inativa desde o dia 21 de maio de 2013.
3. É o sucinto relatório.

|  |
| --- |
| **VOTO DO(A) RELATOR(A)** |

1. Salienta-se, inicialmente, que “*o CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo*”, conforme dispõe o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.378/2010.
2. Ressalta-se, ainda, que a atividade fiscalizatória tem por objeto “*a exação do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, abrangendo as atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, privativos ou compartilhados com outras profissões regulamentadas, conforme os dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010 e da Resolução CAU/BR nº 21, de 2012*” e por objetivo “*coibir o exercício ilegal ou irregular da Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com a legislação vigente*”, competindo-lhe “*verificar, na prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, a existência do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente, nos termos do que dispõe Resolução específica do CAU/BR*”, conforme dispõem os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 22 do CAU/BR, respectivamente.
3. Diante disso, sob pena de causar prejuízo à coletividade de profissionais e empresas que atuam em áreas afeitas à arquitetura e urbanismo e que estão devidamente registrados neste Ente fiscalizador, percebe-se que este não pode deixar de exigir o pagamento dos valores relativos às anuidades, ao lado de contribuições, multas, taxas, tarifas de serviços, doações, legados, juros, rendimentos patrimoniais, subvenções e resultados de convênios, além de outros rendimentos eventuais, que constituem os recursos dos CAUs, conforme o disposto no art. 37, da Lei nº 12.378/2010.
4. Ressalta-se, contudo, que, em se tratando de pessoa jurídica, o fato gerador da anuidade cobrada, em que pesem as respeitáveis posições em sentido contrário, reside no exercício da atividade fiscalizada e não na manutenção de registro junto ao Conselho Profissional.
5. Neste sentido, cito o seguinte julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. ANUIDADES INDEVIDAS. 1. As anuidades devidas às autarquias que têm a função pública delegada de fiscalização das profissões regulamentadas possuem a natureza de tributo, forte no art. 149 da Constituição Federal. 2. O fato gerador das anuidades é o efetivo exercício da atividade profissional e não o mero registro junto ao Conselho. **3. Não demonstrado o desempenho da atividade fiscalizada, tem-se pela inocorrência do fato gerador da obrigação tributária e insubsistente a execução fiscal.** (TRF-4 - APELREEX: 50577382920124047100 RS 5057738-29.2012.404.7100, Relator: OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA, Data de Julgamento: 01/10/2013, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/10/2013) (grifei)

1. Dessa maneira, aduzo que o registro ativo perante o Conselho de Fiscalização configura forte indicativo de que a atividade profissional tenha sido exercida, cabendo ao interessado a demonstração de que, na realidade, não fora.
2. No caso concreto, conforme o documento juntado pela contribuinte bem como as diligências realizadas pela assessoria jurídica do CAU/RS, constata-se que a empresa está inativa no cadastro nacional da pessoa jurídica desde 21/05/2013 (fl. 16), não sendo possível a cobrança de valores a título de anuidades a partir desta data.
3. Em relação ao período anterior ao encerramento das atividades da Contribuinte, ou seja, referente ao ano de 2012 até 20/05/2013, tendo em vista que o objeto social da Contribuinte, *“projetos, planejamento, consultoria de arquitetura e construção civil”,* conforme teor do contato social depositado na Junta Comercial do RS, acessado via convênio que esta Autarquia mantém com o órgão registrador estatal, evidencia a realização de atividades próprias de arquitetos e urbanistas fiscalizadas por este Conselho Profissional, entendo serem devidos os valores cobrados a título de anuidades nesse lapso temporal, em face tanto da natureza da atividade, quanto pela ausência de comprovação de inatividade da pessoa jurídica no período, não sendo viável a renúncia imotivada de valores devidos ao Conselho por pessoa jurídica registrada, como é o caso.
4. Assim, em razão da documentação juntada aos autos, bem como das diligências realizadas na instrução deste processo, resta comprovada a extinção da pessoa jurídica, o que impossibilita a cobrança de valores a título de anuidades, a partir de 21/05/2013, pela inocorrência do fato gerador.
5. Importa referir, ainda, que a presente manifestação quanto à impugnação realizada, foi elaborada com o suporte jurídico da assessoria jurídica do CAU/RS, a qual subscreve conjuntamente este parecer.
6. Ante o exposto, opino pela **parcial procedência** da impugnação oferecida pela R MACHADO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., com o fim de extinguir o débito de anuidades de 21/05/2013 a 31/12/2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, sendo devidas, entretanto, as anuidades referentes ao ano de 2012 e de 01/01/2013 a 20/05/2013, visto que, com base nos elementos probatórios existentes nos autos, a impugnante comprovou a extinção da pessoa jurídica em 21/05/2013, data de sua baixa definitiva no CNPJ, deixando, entretanto, de comprovar inatividade no período anterior, no qual exerceu atividade fiscalizada por este Conselho Profissional.

Porto Alegre, 17 de abril de 2018.

 **ALVINO JARA**

 Conselheiro(a) Relator(a)

**Cezar Eduardo Rieger**

Assessor Jurídico da CPF-CAU/RS

|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 654/2017. |
| NOTIFICAÇÃO | 471/2017. |
| INTERESSADO | R MACHADO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. |
| OBJETO | COBRANÇA DE ANUIDADE. |
| RELATOR | CONSELHEIRO ALVINO JARA. |
| **DELIBERAÇÃO Nº 053/2018 – CPFI-CAU/RS** |

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS CPFI-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre/RS, na sede do CAU/RS, no dia 17 de abril de 2018, no uso das competências que lhe confere o artigo 97, incisos VIII e IX, ambos do Regimento Interno do CAU/RS, a Deliberação CPF-CAU/RS nº 035/2016 e, ainda, observando a Deliberação Plenária CAU/RS nº 514/2016, após análise do assunto em epígrafe,

**DELIBEROU** por:

1. **Aprovar** o parecer do(a) Conselheiro(a) Relator(a), pela **parcial procedência** da impugnação oferecida pela empresa R MACHADO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., com o fim de extinguir o débito de anuidades de 21/05/2013 a 31/12/2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, sendo devidas, entretanto, as anuidades referentes ao ano de 2012 e de 01/01/2013 a 20/05/2013, visto que, com base nos elementos probatórios existentes nos autos, a impugnante comprovou a extinção da pessoa jurídica em 21/05/2013, data de sua baixa definitiva no CNPJ, deixando, entretanto, de comprovar inatividade no período anterior, no qual exerceu atividade fiscalizada por este Conselho Profissional.
2. **Encaminhar** à Gerência Financeira para **notificar** a parte interessada do teor dessa decisão a, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar o valor atualizado devido ou interpor recurso por escrito ao Plenário do CAU/RS, informando-lhe, inclusive, que tal decisão está sujeita ao reexame necessário a ser realizado pelo Plenário do CAU/RS.
3. **Encaminhar** à Gerência Jurídica do CAU/RS para parecer em caso de interposição de recurso ao Plenário do CAU/RS ou em razão do reexame necessário.
4. **Submeter** ao Plenário do CAU/RS para que proceda ao julgamento do recurso, que porventura venha a ser interposto, ou em razão de reexame necessário.
5. **Encaminhar**, após o julgamento efetuado pelo Plenário do CAU/RS:
6. À Gerência Financeira para **notificar** a parte interessada do teor da decisão;
7. À Gerência de Atendimento e Fiscalização para promover à interrupção/baixa de ofício, a fim de adequar o registro de acordo com os termos dessa deliberação.

|  |  |
| --- | --- |
| **RÔMULO PLENTZ GIRALT**Coordenador  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **PRISCILA TERRA QUESADA**Coordenadora Adjunta | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **ALVINO JARA**Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **RODRIGO RINTZEL**Membro – Suplente | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

Porto Alegre, 17 de abril de 2018.